



Anais da Assembleia

Nº 55

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 17 DE MAIO DE 1977.

ANO III

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.^a LEGISLATURA ATA DA 80.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 1977.

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados David Federmann e Werner Wanderer.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 78/76, de autoria do Deputado Gabriel Sampaio, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, APAE, da cidade de Maringá. Parecer favorável com Substitutivo Geral da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, pelo Substitutivo Geral.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 18, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 09/77

Levanta-se a sessão.

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.^a LEGISLATURA ATA DA 81.^a SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 1977

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Jayme Rodrigues Carvalho e Jorge Sato.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Dácio Leonel, David Federmann, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (46); achando-se ausentes os Senhores Deputados Basílio Zanusso, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Ernesto Dal'Oglio, João Fadel, Osvaldo Macedo e Valter Pietrângelo (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. ERNESTO GNOATO — Sr. Presidente.

Solicitaria de V. Exa., a chamada nominal dos Srs. Deputados, para ver se há quorum para o prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Solicito ao Sr. 1.^o Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

É PROCEDIDA A CHAMADA NOMINAL

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Respondenram a chamada nominal 28 Srs. Deputados.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob os números 49 e 50/77, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei números:

138/76: Do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, que declara de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais de Jandaia do Sul, com sede e foro na cidade do mesmo nome, o qual convertido em Lei tomou o número 6.871. — **Agradeça-se.**

139/76: Do Senhor Deputado Werner Wanderer, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais da Cidade de Mal. Cândido Rondon, o qual convertido em Lei tomou o número 6.873. — **Agradeça-se.**

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições, requerem após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido em 12 de maio p.p., na cidade de Itambé, do Senhor MISDEI MORESCHI.

Tal passamento consternou a sociedade de Itambé, tendo

em vista que Misdei Moreschi, foi um dos fundadores e impulsionadores do progresso daquele município, exercendo o mandato de Prefeito Municipal por duas vezes.

Requerem, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1977.

(aa) Jorge Sato, Gilberto Carvalho.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. René Ribeiro Teixeira, ocorrido em data de 15 do mês em curso, nesta Capital.

Filho de tradicional família paranaense, o Dr. René Ribeiro Teixeira concluiu, com brilhantismo, o Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, tendo exercido entre outras atividades a de Procurador Geral do Estado, onde mercê de seus dotes intelectuais e simpatia, grangeou um largo círculo de amizade.

Também junto à classe empresarial de nossa terra se destacou sobremodo, principalmente, no meio securitário, onde demonstrou sua personalidade de homem marcado pela correção e probidade.

O homenageado, primo do ilustre 1o. Secretário desta Casa, Deputado Quielso: Crisóstomo da Silva, deixa, também, uma lacuna nos meios sociais de nossa cidade, onde sempre teve posição de destaque.

Requer, finalmente, que da manifestação desta Assembléia dê-se ciência à família enlutada, na pessoa de sua esposa, Senhora Maria Carmen Iglésias Teixeira.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1977.

(a) Ivo Thomazoni.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado ao final assinado, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Sr. Secretário dos Recursos Humanos do Governo do Estado, solicitando imediatas providências no sentido de contratar novas serventes, para os estabelecimentos de ensino do Estado, localizados na cidade de Maringá.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1977.

(a) ANTÔNIO FACCI.

JUSTIFICATIVA:

As informações vindas de Maringá, através requerimento do Vereador Antenor Sanches, dão conta de que aproximadamente 200 salas de aulas de estabelecimentos de ensino do Estado, estão sem os serviços de serventes escolares.

Informa ainda o Vereador, que há mais de dois anos o Estado não procede a contratação de Serventes escolares em Maringá, causando sérios problemas à direção dos estabelecimentos, pela falta do valioso serviço prestado pelas serventes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a V. Exa., que após manifestação do Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. Jayme Canet Júnior, em aditamento a apelo de 11/05, para que a eletrificação rural no município de Palmeira seja estendida às localidades de Pinheiral de Baixo e de Cima e Passo de Tio Paulo, pela sua importância populacional e de produção.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1977.

(a) LINEU TURRA.

REQUERIMENTO.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, tendo em vista o entendimento manifestado pelos Senhores Deputados Líderes das bancadas nesta Casa, e considerando ser necessário viabilizar a proposta contida em iniciativa do Deputado Ernesto Dal'Oglio, requer, ouvida a Casa, seja o mencionado requerimento de iniciativa daquele Parlamentar, transformado no seguinte "Pedido de Informação" ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes:

- 1) Qual o material especificadamente, com o respectivo valor total, foi enviado?
- 2) Qual a data da expedição, do recebimento e qual foi o responsável pelo transporte?
- 3) Quem e em que data recebeu o material?

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1977.

(a) ENÉAS FARIA.

PROJETO DE LEI NÚMERO 54/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

ARTIGO PRIMEIRO — Fica declarada de utilidade pública o ABRIGO DE MENORES DE SÃO VICENTE DE PAULA, com sede e foro na cidade de Engenheiro Beltrão.

ARTIGO SEGUNDO — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1977.

(a) Ivan Rüppel.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública vem realmente prestando inestimáveis serviços à comunidade de Engenheiro Beltrão, principalmente às classes menos favorecidas pela sorte, por outro lado, examinando a documentação que acompanha a iniciativa de lei, podemos constatar que a mesma se encontra perfeitamente enquadrada nas leis federal e estadual, que disciplinam a matéria, e assim sendo esperamos merecer o apoio de meus nobres Pares na aprovação do projeto em estudo.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Aqui estivemos há umas três ou quatro semanas atrás, clamando por um melhor serviço de Corpo de Bombeiros de Paranaguá.

Se hoje novamente o fazemos, é porque um incêndio de gravíssimas proporções, devastou com o principal e único supermercado, na verdadeira acepção da palavra, que Paranaguá e o litoral contavam.

Um supermercado com uma área de dois mil metros quadrados, com um estoque superior a 12 milhões de cruzeiros, foi inteiramente devastado por um sinistro na tarde de sábado último.

E isso, única e exclusivamente porque o Corpo de Bombeiros de Paranaguá, não tem condições técnicas, muito embora o seu pessoal, o elemento humano seja excelente e tecnicamente muito bem preparado para combater incêndios de grandes proporções.

De nada adianta a boa vontade do soldado, do sargento e do oficial, se os equipamentos que eles têm, são obsoletos.

Este incêndio que Paranaguá toda assistiu às quatro horas da tarde de sábado, chocou profundamente a sua população, em se tratando de uma cidade como Paranaguá, Porto de exportação por onde carregam as divisas do nosso Estado e da Nação, não se admite em tão conciência, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que fatos como esses, passem despercebidos. Aqui estivemos naquela oportunidade quando, quase que um quarteirão inteiro, foi devastado por um incêndio, e pedimos providências das

autoridades competentes, nada foi providenciado. E para que não passe despercebido, estamos aqui hoje, protestando contra a omissão da autoridade competente, que talvez por falta de tempo, ou por razões que desconhecemos, não tomou providências cabíveis para melhorar. Não queremos um equipamento sofisticado para Paranaguá, mas, em condições melhores para que eles possam combater um incêndio vulgar, um incêndio normal. O que ocorreu em Paranaguá no sábado foi exatamente que um carro apenas, chegou ao local do sinistro, com uma quantidade razoável de água, com um jato de poucos metros, que minutos depois terminou o líquido precioso para debelar com o incêndio.

Até eles retornarem ao Corpo de Bombeiros, e voltar ao local do sinistro, o prédio todo tinha sido consumido pelas chamas.

Paranaguá não é uma cidade melhor do que outra qualquer do Estado, mas é uma cidade que tem que ser olhada sob um outro prisma, sob um outro ângulo. Atendendo Paranaguá, atende-se à região litorânea toda. E nós temos que admitir que o atendimento àquela cidade é prioritário. Há uma semana atrás, um caminhão carregado com dezenas de tambores de menta, sofreu um acidente, no final da serra. O trecho ficou interditado por alguns instantes, a menta derramada sobre o asfalto e requereu a presença imediata de um carro de bombeiros, vindo de Paranaguá. Durante o trajeto do carro de bombeiros de Paranaguá ao local do acidente, a estrada ficou interditada, era preciso, por condições que não sabemos explicar, não somos técnicos no assunto, não sabemos que menta, que poderia ter causado um perigo iminente, levou 40 minutos para vir o caminhão de Paranaguá até o local do sinistro. Quando que, normalmente, o trajeto poderia ter sido feito em 15 minutos. Mas é um caminhão, que não tem a mínima condição de atendimento, ele trafegava à 60 por hora, porque não podia imprimir maior velocidade. Muito embora, a velocidade permitida fosse de 80. Mas nesta altura dos acontecimentos, tenho impressão que se o caminhão pudesse desenvolver uma velocidade de 140 ou 130 seja lá o que fosse, seria para atender com mais imediatismo o acidente que ocasionou por 30 minutos a interrupção no trecho Curitiba-Paranaguá. Estes casos, e outros que já enumeramos, são aqueles que podemos afirmar que dão motivação para que o Governo do Paraná, de imediato, determine que o Corpo de Bombeiros de Paranaguá tenha condições técnicas melhores, para atender, sinistros de pequenas e grandes proporções, que lamentavelmente ocorrem em nossa cidade, sem que para isso a população possa ficar tranqüila de que no caso de um sinistro exista um Corpo de Bombeiros à altura para debelar com o mesmo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino. — (Pausa). — Havendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, terceiro orador inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que ainda parece restar ao Povo do Paraná, e do Brasil, é o direito de reclamar. Entretanto o povo se mostra tão amedrontado e tão expoliado pelo artifício violento do Governo, que se reserva muitas vezes ao emitir a crítica, a queixa, a reclamação, omitindo os seus próprios nomes, numa demonstração de medo, talvez, da violência do poder.

Nós temos recebido nestes dois anos de mandato, centenas e centenas de queixas e reclamações, oriundas do povo do Paraná. Começamos a recebê-las no início deste mandato, talvez porque tivéssemos provocado essa manifestação popular, através de um anúncio que mantínhamos em um dos jornais desta Capital, onde propúnhamos senão resolver, pelo menos obter a queixa do povo, para fazer, através destas queixas, pesquisas de como tem procedido o sistema de Governo deste Estado.

Recebemos num período curto, num espaço de tempo exíguo, milhares de cartas. Elas versavam sobre queixas e reclamações do povo contra departamentos do Governo, verdadeiros agentes de extorsão da economia popular.

Queixamos, reclamamos, e encaminhamos pedidos de informações, às mais diversas Secretarias do Governo. E devemos confessar, nesta oportunidade, desanimamos, porque o mal proliferou de uma maneira tão grande e revestido de uma autoridade tão magistral que de nada adianta, de nada vale, a voz do parlamentar, embora ainda entenda o povo que a palavra do parlamentar é a expressão do seu sentimento, através da boca de seu representante.

Nós recebemos hoje uma longa carta do município de Jardim Alegre, município que não somos representante mas que naturalmente lembrou de nosso nome, com a possibilidade de pelo menos denunciar. Dado o tamanho desta carta, não temos condições de, nesta oportunidade, lê-la porque se assim tentarmos proceder, não conseguiremos chegar ao seu final, devido ao tempo que nos é reservado, no Pequeno Expediente. Entretanto, apenas para dar o arcabouço desta carta, devo dizer que se reclama sobre a extorsão praticada violentamente pela SANEPAR, pela TELEPAR e outros órgãos do Governo, naquela comunidade.

Diz ainda que se não bastasse a falta de decência do atendimento dos servidores do Estado para com os usuários dos serviços prestados por estes departamentos, ameaçam ainda esses servidores os usuários que, movidos pelo direito que lhes é incontestável, reclamam sobre a extorsão de lançamentos sobre o preço de consumo de serviços produzidos por esses órgãos do Estado.

Amanhã, certamente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, entrarei com requerimento pedindo informações a esses super-departamentos do Governo, esses órgãos empobrecedores do povo do Paraná, essa instrumentação extraordinária de economia feita com a miséria do povo, que solapa a economia do povo em todos os dias que passam.

Tenho certeza de que a minha indagação permanecerá como tantas e tantas outras indagações que fiz nestes dois anos e meio, carecendo de resposta, de resposta objetiva, porque se respostas...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Mesa informa que o tempo que o nobre Deputado dispõe, está esgotado.

O SR. LÚCIO MACHADO — ... se respostas temos recebido quando indagações fazemos, todas elas são eivadas de má fé, são eivadas de malabarismo, são eivadas do não fundamento objetivo.

Ficam aí, portanto, nossas palavras, como transmissoras da vontade do povo, à espera de um dia que, pela vontade suprema de Deus, aquele que está desde o átomo até os astros, sejam ouvidas. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Egon Pudell.

O SR. EGON PUDELL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos hoje a tribuna para, em rápidas palavras, dizer o que pensamos, o que sentimos e o conhecimento que temos de denúncias formuladas por um Vereador do Município de Santa Helena contra o atual Prefeito Municipal, Francisco Antônio Muniz e também sobre o pronunciamento do ilustre Deputado Dal'Oglio, nesta Casa, há dias atrás.

Na próxima semana pretendemos trazer a esta Casa todos os documentos necessários que demonstram a forma e os recursos com que o Sr. Prefeito Municipal de Santa Helena, Francisco Antônio Muniz, construiu o prédio do BANESTADO naquele município.

Também queremos dizer que Santa Helena vive em paz. Só não aceita a atual administração, do Sr. Francisco Antônio Muniz, uma meia dúzia, ou nem isto, de cidadãos inconforma-

dos.

Francisco Antônio Muniz, que está à frente da Prefeitura Municipal de Santa Helena desde 1973, deu exemplo vivo não só àquele município e ao Oeste do Paraná, mas ao nosso Estado, do que é uma administração digna, uma administração capaz, uma administração honesta.

Diz o nobre Deputado Dal'Oglio que o Prefeito Municipal chegou ao ponto de nomear o Delegado de Polícia.

Ora, isso é uma inverdade.

Acontece que o segundo suplente, Sr. Odilon Bueno, assumiu, interinamente, aquela Delegacia. Ele é funcionário da Prefeitura Municipal, e assumiu a Delegacia com dificuldade de tempo, mas assumiu porque Santa Helena é um município que necessita ter, frente àquele Delegacia, um homem digno e honrado. E o Sr. Odilon Bueno o é.

Portanto, não quero me alongar demais, mas devo dizer que, na próxima semana, trarei a esta Casa um pronunciamento oficial sobre esse episódio.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência deseja comunicar aos Srs. Deputados que, amanhã, às 10,00 horas, na Sala das Comissões, reunir-se-ão aos Srs. Deputados desta Assembléia Legislativa, os Srs. Deputados que já confirmaram suas presenças:

Rio Grande do Sul: Deputado Nivaldo Soares, Presidente da Assembléia Legislativa; Deputado Celso Testa, Membro da Comissão de Transportes; Deputado Elton Fomsterseiser; Deputado João Sete; Deputado Antônio Fornari.

Santa Catarina: Deputado Delfin Peixoto Filho, Vice-Presidente da Assembléia Legislativa, representando a Presidência; Deputado Vinícios Tortato, Presidente da Comissão Especial Externa; Deputado Nelson Pedrini; Deputado Gentil Belani; Deputado Antônio Menezes Lima; Deputado Cacildo Waldener.

A Presidência alerta os Srs. Deputados que desejarem participar da reunião, assistir seus trabalhos e debates, que a primeira reunião está programada para as 10,00 horas.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pretendo fazer um pequeno registro a respeito da visita do Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, Alysson Paulinelli, às regiões produtoras de suínos, no Paraná, e ao lançamento de uma campanha singular.

Vem S. Exa. ao Paraná — e diga-se a verdade — devemos louvar a iniciativa que visa estimular o aumento da produtividade da suinocultura.

Realmente, viram os suinocultores, com bons olhos, o lançamento dessa campanha e a visita de S. Exa.. Embora, as autoridades estaduais tenham se manifestado a respeito desse assunto, como o Sr. Governador do Estado, que chegou a dizer: "Os produtores enfrentam momento de tristeza, porque, na hora de comercializar seu produto, essa comercialização não é como eles esperam e merecem, devido às flutuações do mercado nacional, ou às medidas que não são bem compreendidas".

Realmente não entendem e não compreendem uma medida dos Governos dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ao tributarem no último dia 5, o preço de 13 cruzeiros ao quilograma de suíno para cobrança do ICM, quando, na realidade, o preço não atinge a 10 cruzeiros.

O Sr. Governador do Estado diz que realmente, às vezes, os produtores não entendem as medidas, mas não é de se entender mesmo!

Porque fixaram, os Estados do Sul, em pauta o preço do suíno em 13,50 cruzeiros e 12 e 50 para as comercializações internas. Quando, na realidade, temos aqui o jornal dando o preço da comercialização do dia do suíno, não chega a ultrapassar, para o produtor, as cifras de 157, 160 a arroba. O que vale dizer pouco mais de 10 cruzeiros o quilo.

Tendo assim, uma diferença na ordem de 3 cruzeiros por quilo entre aquilo que o Governo cobra e o que o produtor consegue alcançar pelo seu produto.

É o registro que queremos fazer e uma distorção que existe. E pretendemos agora, que se realizará esta reunião com os parlamentares destes Estados, elaborar um trabalho para apresentar à consideração, porque acredito que deve ser criado um mecanismo de que esta pauta não seja fixada mensalmente.

O que ocorre é que a oscilação destas pautas é muito rápida e deve ser criado um mecanismo de tal ordem que tenha condições de, semanalmente, acompanhar o preço e a variação do mercado da suinocultura.

Era só isto, Sr. Presidente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, inscrito.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Tendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Certa vez, há cerca de 6 anos, o saudoso Governador Parigot de Souza, numa das memoráveis visitas que fazia, tendo então assumido o Governo do Paraná, ao Oeste deste Estado, prenunciou que estava reservado um incontestável surto de desenvolvimento ao Oeste paranaense, motivado por fatores econômicos e sociais de alcance regional, estadual e nacional.

Referiu-se na época a recém inaugurada BR-277, a propalada Usina Hidrelétrica de Itaipu, o fim do ciclo da madeira e o ingresso imediato na era da alta agricultura, porque as terras promissoras do Oeste paranaense apresentavam uma peculiaridade especial na sua composição, que é o moderado teor de acidez do seu solo, compatível com sua máxima exploração.

Afora este aspecto, a excepcional topografia do solo, principalmente à margem direita da BR-277, até as barrancas do Rio Piquiri e a partir de Cascavel, a medida que se aproxima das fronteiras Brasil, Paraguai e Argentina, alargam-se as áreas mecanizáveis.

A visão extraordinária desse homem público de saudosa memória, sonhadora para alguns, hoje é mais do que uma realidade. É um fator imperativo do progresso econômico e social sustentado pela pujança de seus campos de soja, trigo, milho, arroz, de feijão e tantos outros produtos que sustentam a posição de divisas carreadas para os cofres do Estado e da Nação.

Indústrias de base começam a nascer e, já nascem grandes e adultas, na região liderada por Cascavel devido a sua propícia posição geográfica e aos seus componentes de solo. Lá, no Oeste, se produz aproximadamente 30 por cento dos resultados que a agricultura fornece ao Paraná, em matéria de grão. Nesta safra, cerca de dois milhões de toneladas de soja serão levadas ao mercado nacional e internacional, e, isto, contando já com o desconto da quebra motivada pelas intempéries da natureza. E, pasmem senhores Deputados, a única estrada rodoviária que existia na região, até o início deste ano, era a BR-277. Somente agora, de poucos anos para cá, é que se empenharam as autoridades federais conjugadas com as autoridades estaduais, e estão surgindo as rodovias Cascavel-Toledo-Guaíra e, em fase de últimos retoques, a rodovia Cascavel-Campo Mourão.

Cascavel-Guaíra está ligada somente até Toledo; e, a Cascavel-Campo Mourão, dentro de mais alguns dias anuncia-se a sua inauguração oficial.

O aeroporto de Cascavel, aspiração também de mais de duas décadas, conjugados e os esforços regionais simultaneamente com aqueles coordenados para a conquista das estradas — rodovias e ferrovias — está gora em fase de construção.

A estrada de ferro Guarapuava-Foz do Iguaçu, nos trechos compreendidos em 2 etapas: Guarapuava-Cascavel e Cascavel-Foz do Iguaçu, que têm sido objeto das mais sérias reivindicações de todas as áreas de atividade, do plano econômico, social, político e representativo daquela região, consta do II Plano Nacional de Desenvolvimento, depois de já ter constado do I. Porém, agora, colocada e relegada ao sono profundo das gavetas ministeriais.

Fala-se dos óbices causados pelo garroteamento econômico, e dificuldades que imperam nos setores financeiros do Governo Federal, como as principais causas que estão a impedir a execução deste plano, cujo projeto final já existe e ficará no arquivo do aguardamento de oportunidade, apesar da exigência criada pela implantação da binacional Itaipu, o maior complexo hidroelétrico do globo terrestre, os planos continuam apenas no papel.

Cresce em importância o relacionamento e a paz com os países platinos, e a ferrovia constitui uma opção para o intercâmbio comercial desses países, tanto para o Brasil, como para o Mundo Europeu e Oriental. Esses Países irmãos e amigos que crescem na consideração Latino-Americana pelo seu progresso... estão a aguardar uma definição do governo brasileiro, para que possam se servir do escoamento marítimo pelo Atlântico, que é o Porto de Paranaguá e o Porto de Antonina. Por outro lado, mais de cem mil brasileiros, hoje estão desenvolvendo a agricultura no Paraguai, levados por vários fatores impeditivos que motivam esse êxodo dos brasileiros para o País Guarani. O preço das terras, as imposições oficiais na área e na zona considerada de segurança nacional; o problema do Parque Nacional Iguaçu, o projeto Ocoí, implantado pelo INCRA, e os problemas sérios e cruciantes da legalização de terras no Oeste do Paraná, motivaram e estão a motivar a transposição da fronteira por esses valorosos brasileiros, que enriquecerão por certo o País Guarani, com o conhecimento tecnológico na agricultura e na industrialização da madeira. E lá se encontram cravados e presos ao ordeiro destino de honrados lavradores, para amanhã levar um pouco dos costumes e da tecnologia nacional, conseguidas com a peculiar pertinácia dos pioneiros do Oeste do Paraná.

Transferindo para outra Nação, Nação amiga, Nação irmã, mas, que no entanto, essa vocação de luta e de trabalho poderia ser aproveitada em outros Estados brasileiros, equacionando o desenvolvimento da economia nacional. Mais de cem mil brasileiros estão ali a desenvolver o progresso agroindustrial paraguaio, em conjunto com aqueles irmãos latino-americanos. E nós, que vivemos e convivemos naquela região oeste paranaense há mais de vinte anos, podemos avaliar a importância de uma estrada de ferro ligando o Oeste com o Porto de Paranaguá, através da linha que está definida como sendo a Estrada de Ferro E.F.-277.

O corredor de exportação ferroviário, constitui hoje (quem sabe, na proliferação de tantos conceitos), fator de segurança nacional e até de equilíbrio econômico e diplomático com os países beneficiários dessa eventual ferrovia.

Anunciávamos em pronunciamento, já em 1975, ou início de 76, que era viável um planejamento a nível de três Estados e três Nações, para que se pudesse explorar na região fronteira do Paraguai, Argentina e Brasil, um projeto de desenvolvimento para os transportes destas Nações. E esse corredor de exportação ferroviário, que constitui o passo primeiro para o crédito brasileiro junto às nações vizinhas, está agora postergado e relegado a segundo plano, e, quem sabe até ao esquecimento.

Tendo em vista que os informes oficiais alegam que o comportamento da economia nacional não suporta a inversão de capital compatível com a implantação desta ferrovia, é estranhável que uma região como o Oeste do Paraná, responsável por quase 10 por cento das exportações agrícolas brasi-

leiras (e a agricultura representa mais da metade do que se exporta), não tenha adquirido, ao longo dos anos de trabalho, e suor, o direito de ser socorrida urgentemente com essa ferrovia.

Entendo, senhores deputados, que a Ferrovia do Soja se converteu na via de acesso de maior importância, não só para o Estado, mas para o País, talvez até superior à Ferrovia do Aço, também cortada pelo Ministério dos Transportes.

Nossa base econômica sempre esteve na agricultura, e é indiscutível que nela hoje se deposita a esperança do equilíbrio orçamentário e da balança de pagamentos.

É por esta razão que entendo estarmos vivendo um dos momentos da mais alta significação desta legislatura. Ao menos da minha parte, pois os três Estados do Sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ligados pelas tradições e pelas origens, costumes e tradição de conquista que lhes forjam peculiar espírito público e fraterno, pelos seus deputados, estarão voltados para um conjugado trabalho na busca do bem comum, objetivo maior do parlamentar e do parlamento.

A partir de hoje, nesta Capital, representantes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, se reúnem com os do Paraná, depois de terem elas já engendrado outras reuniões, perceberem que o Paraná precisava fazer parte na soma desses pensamentos e dessa reunião, sem dúvida de grande relevância para a economia e para o desenvolvimento dessas 3 unidades federativas.

Esta Assembléia, Senhor Presidente, Senhores Deputados, através de parlamentares aqui lotados por voto popular, farão deste encontro inter-parlamentar e interestadual, uma afirmação que supera a coloração partidária, ensejando um resultado auspicioso de grande relevância para o interesse comum. Não para o Parlamento somente, mas principalmente para o desenvolvimento integrado e conjugado destes três Estados, porque se busca o equacionamento de esforços para a implantação, sobretudo de duas ferrovias: uma partindo das plagas riograndenses, do Oeste do Rio Grande do Sul, mais precisamente da região das missões e dos arredores de Ijuí, memorável por suas lutas cívicas, passando por Chapecó, Santa Catarina, de que se fala ser uma das cidades interioranas desse Brasil que se desenvolve a nível do Oeste do Paraná, a nível de Cascavel, a nível de Nova Iguaçu no Estado do Rio de Janeiro. E de lá se pretende, em conjugação com outros parlamentares, desenvolver esta idéia promissora de colocar em andamento os projetos e ante-projetos, a fim de se executar o planejamento já vertente desde o I Plano Nacional de Desenvolvimento. Especificamente no plano ferroviário nacional - EF-277 e EF-486.

Esses estados sulinos, que se reúnem desde hoje para buscar a sensibilização do Governo Federal, para motivar a presença efetiva em obras nestes 3 Estados, nas respectivas regiões, específicas da produção agro-pecuária. Precisa ser ouvida a pretensão do extremo-sul; precisa ser defendida e sustentada por todos estes 3 parlamentos. E é de se louvar a atitude dos gaúchos e catarinenses, que já fizeram nove reuniões, que já percorreram os caminhos burocráticos do Governo Federal, para incentivar e para sensibilizar as áreas responsáveis pelo setor de política de transportes.

E hoje, depois de estarmos lutando isoladamente de estornos assumindo tribunas deste Parlamento e da Câmara Federal, através de outros parlamentares, as vozes isoladas entenderam que é preciso uma conjugação de esforços, superior aos níveis partidários, como se está procurando fazer através e a partir do MDB, a nível federal, para se concretizar o sonho desse projeto de proporções nacionais.

De nossa parte, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e da parte de nosso partido em nome do qual falamos por delegação da liderança, prestamos não só uma homenagem aos companheiros do Sul. Fazemos aqui uma acolhida especial, não de calor parlamentar somente, mas sobretudo de homens de responsabilidade, de homens que buscam o desenvolvimento e o progresso in-

tegrados destes Estados, que têm sido o sustentáculo das inversões financeiras oficiais nos Estados do Norte e do Nordeste. A evasão dos recursos aqui do Sul do País, injetados na Transamazônica, injetados em obras que, em nosso modesto conceito, seriam supérfluas e secundárias para a época, para o momento, quando o petróleo está aí a fustigar e a justificar medidas excepcionais do Governo.

É de se entender que na implantação de grandes usinas hidrelétricas, precisa-se implantar simultaneamente ferrovias para dar vazão ao desenvolvimento, ao progresso das regiões carentes, das regiões que clamam pela implantação de obras infraestruturais.

De nossa parte, estamos incorporados, estamos entendendo, recebendo e emitindo também o nosso pensamento no sentimento objetivo de buscar do Governo Federal a presença na construção das ferrovias que vêm do Rio Grande do Sul, se integram ao Paraná e da que parte do trecho Guarapuava e vai a Foz do Iguaçu para servir à região eixo de maior produtividade agrícola, não só do Paraná, mas do Brasil, em matéria de soja, cultura e outros grãos.

Esperamos da classe política, das entidades públicas, das Associações públicas e particulares, a cooperação para viabilizar a construção destes projetos, que já existem, e que a Rede Ferroviária Federal anunciou que ainda não iniciou a construção por falta de verbas.

Esperamos que todos, juntos e unidos, possamos desenvolver este pensamento e equacionar, irmanados para este objetivo comum, a programação da execução efetiva e imediata destas obras.

Aí está a reivindicação de agricultores do Oeste e Sudoeste do Paraná; de agricultores do Oeste e Sudoeste catarinense; de agricultores do Oeste do Rio Grande do Sul, através das vozes de seus representantes, buscando o equilíbrio econômico por meio da efetivação do desenvolvimento deste Plano Ferroviário Federal.

É necessário que se afirme que consta do caráter prioritário o que expendeu a 9ª Reunião da Comissão Parlamentar dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Era de estranhar que o Paraná, um dos Estados de maior desenvolvimento e progresso deste País, não estivesse engajado nesta luta justa para a integração de seu Plano Ferroviário, que ora conta com a compreensão de gaúchos e catarinenses.

Os próprios parlamentares do Sul entenderam a necessidade da participação paranaense.

E é de se louvar quem tenha dado a idéia de que lutando juntos, como tantas vezes de falou aqui neste Parlamento, é que se pode buscar mais imediata e objetivamente o resultado deste esforço.

E aqui consta a Ferrovia EF-486, que atravessa uma região de grande produção agrícola nos três Estados. No entanto, num julgamento prioritário, a rodovia Guarapuava-Cacavel-Foz do Iguaçu, terá muito maior urgência, considerando-se que essa ferrovia corre parcialmente paralela à Estrada de Ferro 153, ligando Porto União-Pato Branco-Chapécó-Passo Fundo a Cruz Alta. E, por outro lado, a ferrovia Guarapuava-Cacavel-Foz do Iguaçu, complementada pela Ferrovia Dourados no Mato Grosso, demanda a Guaíra e Cascavel, atende uma região de produção agrícola das mais ricas, acrescida ainda que se trata de uma grande faixa, hoje ainda desprovida de transporte ferroviário.

Fala-se também, de uma rodovia chamada Transbrasiliana — BR-158, que liga o Sul ao Norte e Noroeste do País, passando por Pato Branco-Laranjeiras do Sul-Campo Mourão, adentrando o Mato Grosso.

Realmente, estendo que essa reunião, esse quase conclave, senão conclave, traduz uma das mais legítimas aspirações em termos de concretização de obras de governo, que interessa principalmente ao Brasil.

E secundariamente, aos países platinos, aos países do sul da América Latina.

E é por essa razão que nós, do Paraná, pela liderança do MDB, abrimos os braços, abrimos as nossas mentalidades e as nossas potencialidades de trabalho, bem como nossos horizontes, esperando que os resultados e os efeitos alcancem os seus altos propósitos.

Estamos disponíveis para envidar maiores esforços na luta para concretizar esse ideal paranaense, esse ideal de desenvolvimento dos oestes dos três Estados do Sul.

Obrigado gaúchos, paranaenses e catarinenses, que irmanados na busca desse bem comum, estão a idealizar um projeto novo de desenvolvimento. Quem desafia dificuldades, será na vida sempre vencedor.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência comunica que restam apenas 5 minutos ao próximo orador inscrito. Consulta o Sr. Deputado Antônio Facci se deseja ocupar a tribuna por esse tempo, ao mesmo tempo que consulta à Liderança do MDB se concede o espaço de tempo destinado ao Partido, ao Deputado Antônio Facci.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, o nobre Deputado Antônio Facci, poderá usar do tempo reservado ao MDB.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Obrigado.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo): "Juntamente com os Deputados Jorge Sato, e Gabriel Sampaio, da ARENA, Renato Bernardi e Valter Pietrângelo, do MDB, estivemos na semana finda em Maringá, representando oficialmente esta Casa nos festejos comemorativos 30º aniversário de nossa querida cidade.

As festividades de nossa cidade, comemorando 30 anos de conquistas, fruto de dedicação constante do trabalho, do esforço conjugado de uma gente altaneira, que encontrando a poucos anos uma verdadeira floresta, transformou-a em esplendor metrópole, orgulho dos seus pioneiros, que a exibem ao Paraná, ao Brasil e ao mundo, como um verdadeiro "Milagre da Civilização". É a cidade, onde o homem, de mãos dadas, construindo o progresso, contempla uma comunidade que parece ter nascido com os olhos voltados para o infinito.

Maringá de trinta anos apenas, de desenvolvimento humano e cristão, de coragem de homens e mulheres devotados ao amor do trabalho que plantaram, com perseverança, um dos mais admiráveis exemplos em toda a história brasileira; Maringá, onde nunca esmorece o idealismo e a confiança no futuro. E em cada dia, vê-se uma nova lição de amor da cidade, que é obra de todos e onde se respira o clima de esperança que conforta, do calor humano, do dinamismo incomparável na conquista cada vez maior do desenvolvimento de todas as manifestações de vida; Maringá, cidade polo, que irradia o progresso, cultura, agigantando-se a cada hora que passa, integrando o sonho daqueles que idealizaram uma cidade trabalho, cidade civilização, cidade realização; Maringá, cidade de operários, voltados para uma especialização, figura indispensável na construção de qualquer metrópole ou pequena obra; que no anonimato, muito fazem, lutando por gerações, abrindo a trilha do progresso, merecedores portanto, de admiração, da homenagem e da gratidão de toda a comunidade maringense.

Maringá dos pioneiros, ainda presentes muitos daqueles que desbravaram a floresta virgem, recebendo as homenagens de os que mais tarde chegaram, pelo pioneirismo, pela dedicação e fé no futuro que chegou muito antes do esperado; Maringá, onde a juventude, herdeira de um legado, nascido do esforço conjugado desta gente altruísta e altaneira, aceitando o desafio como o aceitaram os seus pais e, incentivada pelo exemplo edificante da semente lançada, conscientizada da tarefa maior que é construir o Brasil do futuro, repetindo na vastidão de nosso território inexplorado o milagre maringense.

ense; juventude universitária, consciente, que com seu garbo e arrojo, fixarão definitivamente os alicerces de Maringá.

Maringá, do desfile esplendoroso, onde as várias colônias responsáveis pela diversidade de raças que compõe sua gente, vivendo harmoniosamente, procurando unidos construir uma cidade com personalidade própria e progresso ímpar; Maringá, das homenagens em seu aniversário, aos pioneiros, a gente de outras plagas, como o Dr. Honório Hungria, Diretor do Banco Nacional de Habitação, grande amigo de Maringá, responsável direto por grande soma de recursos aplicados na Cidade Canção, sem discriminação ou qualquer exigência, a não ser as contidas nas resoluções internas do BNH, procurando conseqüentemente, aplicar conforme as melhores técnicas e métodos; ou ainda, ao Secretário Arnaldo Busato, paulista de Jaú, que tem feito por nosso município muitos benefícios.

Maringá, das inaugurações. Das obras esplendorosas. Maringá de apenas 30 anos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta mesma Maringá, que na semana finda comemorou garbosamente seu 30º aniversário, fica porém na dúvida: tudo que foi inaugurado, foi planejado, conquistado recursos e construído em apenas 100 dias de administração? Nada estava planejado ou iniciado pela administração anterior? A população maringaense, apesar de jovem e universitária tem memória fraca, ou conhecimento tão limitado? Será possível que nossa gente, valente, trabalhadora, dinâmica, capaz sobre todos os aspectos, vê agora, perplexa mágicos ou milagreiros na administração pública? Não. Nossa gente, que presenciou, leu, acompanhou o início da atual administração municipal ainda está lembrada das críticas, principalmente as relativas ao grande endividamento do município.

Apregoava-se até da total inviabilidade econômica do município de Maringá. Estávamos praticamente à beira da falência...

Não foi necessário no entanto, que muito tempo transcorresse. Cem dias apenas foram transcorridos. Conjuntos Habitacionais foram inaugurados, completos, prontos, para serem habitados, urbanizados, pavimentados, com acessos concluídos. Escolas, festivamente também inauguradas, em número de quatro. Recursos oriundos das mais diversas fontes. Maringá afinal, foi recuperada, assim como num passe de mágica...

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nossa Maringá grandiosa, de gente ordeira, de jovens conscientizados, de pioneiros de mãos calejadas presentes às suas festividades, de operários desejosos de especialização e prontos a se fazerem presentes como pedra angular de nosso desenvolvimento, sabe, que as escolas inauguradas, algumas foram planejadas ainda quando a Secretaria de Educação, era ocupada pelo hoje Deputado arenista Gabriel Sampaio. Elas foram inauguradas agora, sem a citação sequer de seu nome, apesar da atual administração ser também arenista. É a falta de respeito às iniciativas que somente a história fará justiça. Que os conjuntos habitacionais inaugurados, foram inteiramente construídos durante a administração Sílvia Barros, do MDB, que apenas os retoques finais foram dados nos últimos 100 dias. Nome e administração também esquecida. Também relegada ao menosprezo.

A situação de endividamento do município. De fato, através financiamentos para urbanização de conjuntos habitacionais, a administração conquistou alguns recursos da área federal. Foram conquistados e recebidos por Maringá, recursos na ordem de Cr\$ 53.000.000,00 (cinquenta e três milhões de cruzeiros) junto ao BNH, para serem aplicados na urbanização dos conjuntos Planalto e Itamarati; Conjunto Maringá-Cohesma; Perimetral Sul, e combate à erosão com construção de galerias e emissários da Avenida Tuiuti.

Deixou porém a administração emedebista de Sílvia Barros, projetos técnicos, sócio-econômico e de viabilidade técnica e econômica, inteiramente concluídos, protocolados junto ao

BNH para as seguintes obras: Urbanização do conjunto residencial Karina, na ordem de Cr\$ 10.757.000,00; Vila Nova no valor de Cr\$ 26.000.000,00; - Projeto Cura (Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada) na importância de Cr\$ 51.240.000,00; Programa Profilurb, Cr\$ 10.000.000,00 e Centro Esportivo, Cr\$ 2.920.000,00, valores calculados e preços de março/77, quando a U.P.C. (o nosso dólar) que tem correção trimestral estava cotado a Cr\$ 183,65; tudo aguardando apenas liberação. Agora, vieram as festividades. Efetivamente, compareceu o Senhor Governador do Estado, e vejamos; anuncia a liberação de tais financiamentos, oriundos de projetos, planejamento, trabalho, inteligência e visão administrativa de emedebistas, como PRESENTES a Maringá, na ordem de Cr\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de cruzeiros).

Quem ouve, pode pensar que tais recursos virão a fundo perdido. Presentes, não devem ser pagos. Quando muito retribuídos.

Maringá, que foi dito, estava à beira da falência, conquistada de noite para o dia, ordem para contrair empréstimos, tão volumosos. O povo, ouviu, pensou, e certamente, soube chegar à conclusão mais lógica: "Ninguém faz milagres. Administrar é continuar". A atual administração, se herdou alguns problemas, recebeu porém uma cidade projetada, desde sua fundação, mas, acima de tudo, muito bem administrada pelo emedebista Sílvia Barros e sua equipe. A memória do povo não é curta. E tão pouco, tão mal informada.

Anunciou-se, também, o início da pavimentação asfáltica da estrada Maringá-Santo Inácio, como presente a Maringá. Não foi presente, não é presente. Não pode ser presente. A referida obra já conquistou recursos orçamentários desde 1968. Quase dez anos se passaram. Os governos esqueceram-se da mesma. Para os exercícios de 1976/77, a bancada maringaense nesta Casa, Deputados da ARENA e MDB, uniram-se para apresentar emendas destinando recursos de tão sonhada estrada. Debalde os esforços. Somente agora, é que o Governo vai cumprir uma obrigação, que vem sendo retardada a mais de uma década.

Portanto, não é presente. Presente seria, embora a pujança de Maringá e região, estão a exigir por direito, mas receberíamos como presente, nas festividades do aniversário de Maringá, o anúncio de participação do Grêmio de Esportes de Maringá, no Campeonato Nacional. E este presente não veio, isto não ocorreu. Estamos aguardando.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, apenas estamos lembrando estes fatos, para alertar os atuais administradores de Maringá, e quicá de todo o nosso Estado; que uma cidade não se faz apenas em um período administrativo. É a sequência de administrações mais ou menos felizes. Porém, todos fazendo o seu papel na construção da história. O ex-Prefeito Sílvia Barros, neste particular, foi leal, coerente e, acima de tudo, verdadeiro maringaense. Em todas as festividades, em várias obras, enfim sempre que possível, era prestada homenagem aos administradores que o precederam. Desde o pioneiro Inocente Vilanova Júnior, depois Luiz de Carvalho, Adriano Valente e até mesmo, o atual Prefeito João Paulino, receberam sempre a homenagem como partícipe da construção da grande Maringá.

É bom que o exemplo seja lembrado, senão por cada pessoa em si, porém para que a classe política comece a reconquistar seu lugar de respeitabilidade e responsabilidade em nosso País.

Pode, para satisfazer apenas a vaidade pessoal do atual Prefeito, ser interessante que uma comissão especial desta Casa, representando oficialmente esta Assembléia, composta por 5 Deputados, não seja nem citada em nenhuma solenidade. Um verdadeiro desrespeito ao Poder Legislativo Estadual.

Porém, mal sabe ele, que, como político, está também sendo desprestigiado. Pois é político e como tal deveria respeitar os representantes do Poder Legislativo; mesmo em época de exceção, para quem sabe, num futuro próximo, reconquistarmos

nosso lugar na condução dos destinos de nossa pátria”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência tem a satisfação de registrar a presença, neste Plenário, do Sr. Pedro Escobarim, DD. Prefeito Municipal de Rolândia, e que se faz acompanhar do Sr. Horácio Cabral, ex-Prefeito Municipal daquele município.

Registra também, com satisfação, a presença, neste plenário, do Sr. Antônio Silvano, DD. Prefeito Municipal de Matinhos.

(Assume a Presidência do Deputado Ernesto Gnoato).

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — A Presidência consulta a Aliança Renovadora Nacional, se deseja ocupar os 15 minutos que lhe são reservados.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — A Liderança da ARENA, com muito prazer, concede o tempo que lhe é reservado, ao Presidente da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Por ser esta a primeira vez, no exercício da Presidência, que me é concedida a oportunidade de ocupar esta tribuna, o faço para registrar a visita de S. Exa. o Sr. Ministro da Agricultura, Alysso Paulinelli, ao Paraná. Mais especialmente ao Sudoeste do Paraná, que no último fim de semana, acompanhado de S. Exa. o Sr. Governador Jayme Canet Júnior, participou primeiramente de uma iniciativa do Sr. Secretário dos Negócios da Agricultura do Paraná, Dr. Paulo Ribeiro Carneiro, que foi o lançamento do concurso, visando a melhoria do rebanho de suínos, tipo carne, na cidade de Francisco Beltrão.

Mas, o que é alentador, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é registrar o fato de haverem o Sr. Ministro da Agricultura e o Sr. Governador do Estado, atendido a algumas das velhas reivindicações do Sudoeste paranaense, solucionando de pronto antigas aspirações daquela coletividade.

Reunidos com a Diretoria da Cooperativa de Produtores de Suínos daquela região, com os Senhores Vereadores, com a participação dos agricultores, dos Sindicatos dos Proprietários e com os Trabalhadores Rurais, com o Prefeito Municipal, com Deputados, com o Presidente da Federação da Agricultura e outras autoridades, os agricultores, e em especial os pecuaristas, solicitaram do Ministro da Agricultura a instalação, em Francisco Beltrão, de um Posto de Inseminação Artificial para a agricultura, visando o aprimoramento da raça do tipo carne.

Imediatamente observou-se a conjugação de esforços do Governo em todos os níveis. O Prefeito Municipal doando o terreno, o Governador do Estado concedendo recursos para a edificação do prédio que será destinado à instalação do Posto de Inseminação Artificial doado pelo Ministério da Agricultura.

Outra reivindicação atendida pelo Ministro da Agricultura e pelo Sr. Governador do Estado foi a instalação de um laboratório para a produção e análise de sementes selecionadas.

Também numa conjugação de esforços, o Ministério da Agricultura, o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal propiciaram a promessa do início da construção no próximo mês de julho.

Não bastasse o atendimento destas duas reivindicações, foi formulado apelo ao Sr. Ministro da Agricultura para que viabilizasse, a concessão de incentivos aos produtores de milho da região, para que se subsidiasse o preço do milho na sua exportação.

E a preocupação do Governo do Estado para que este subsídio não viesse em forma de isenção do ICM, foi atendida pelo Ministro Alysso Paulinelli, que, de pronto, anunciou em Francisco Beltrão, o incentivo na ordem de 10 por cento ao produtor em dinheiro para todo o milho exportado, além de anunciar uma política mais agressiva em busca de novos mercados.

Este incentivo em dinheiro representa para o Paraná a certeza de que não haverá, no Tesouro Nacional, nenhuma sangria representada pela diminuição da previsão da receita orçada, constante da Lei de Meios aprovada por este Poder para o presente exercício financeiro.

Ficou também definido, através de uma determinação do Ministro da Agricultura, que todo o excedente do milho será adquirido pelo Governo Federal e solicitou que nenhum produtor venda a sua produção de milho abaixo do preço mínimo estabelecido, antes da semeadura, antes do plantio, fazendo valer, portanto, a máxima “plante que o Governo garante”.

Outra reivindicação da região Sudoeste paranaense, que tem na economia da suinocultura uma das suas principais fontes de renda, era para que houvesse uma ação governamental no sentido de estimular-se o preço de comercialização de nossa produção.

Ficou determinado, pelo Sr. Ministro da Agricultura: primeiro, que havendo baixa no preço do suíno, na comercialização interna, a COBAL, por determinação governamental, passará a adquirir carnes suínas e a estocá-las nos frigoríficos da CIBRAZEM, hoje acrescidos por novas unidades recentemente inauguradas, e capazes, portanto, de garantir o preço atual, sem que se inflacione, para o consumidor, na época em que os preços puderem, por qualquer contingência do mercado, ou por absoluta diminuição da oferta, encontrar preços menores.

Além dessa determinação, houve também a promessa de uma política mais agressiva na procura de novos mercados externos, para a conscientização desses mercados, para a boa qualidade dos produtos brasileiros, sem que se atendam às enormes exigências feitas, hoje, principalmente para os países integrantes do Mercado Comum Europeu, que colocam o produto brasileiro muito aquém daquelas exigências.

Devo, ao registrar a visita do Sr. Ministro da Agricultura ao Sudoeste do Paraná, dizer da satisfação com que participamos dos contatos mantidos pelo Sr. Governador do Estado Jayme Canet Júnior, pelo Ministro da Agricultura, pelo Senador Flávio Brito, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, pelo Sr. Mário Stadler de Souza, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, pelo Sr. Secretário da Agricultura, que puderam demonstrar o quanto é salutar o entendimento dos governos municipais, estaduais e federal, quando se somam esforços no atendimento de reivindicações, que, em última análise, representam o fortalecimento da economia regional e o estabelecimento da perspectiva de melhores dias para os homens que, na lide agropastorial, representam ainda, no Estado do Paraná, o maior peso na responsabilidade do aumento da nossa potencialidade econômica.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Ivan Rüppel, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 03/77, de autoria do Deputado Francisco Escorsin, que declara de utilidade pública, a “Casa de Artes e Ofícios Paulo VI”, com sede na cidade de Ibioporã. Parecer. FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

(Reassume a Presidência o Sr. Deputado Ivo Thomazoni).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sobre a mesa, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Gilberto Carvalho e

Jorge Sato, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Misdei Moreschi, ocorrido na cidade de Itambé. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, em forma de apelo, em aditamento à solicitação de 11/05, referente a eletrificação rural. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Recursos Humanos, encarecendo providências no sentido de contratar novas serventes, para os estabelecimentos de ensino do Estado, localizados na cidade de Maringá. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente de sessão anterior, com a sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, em forma de apelo no sentido de ser determinado, através do Departamento de Saúde, que providências sejam adotadas para solução do problema do lixo, na cabeceira do aeroporto de Apucarana. — Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tomando conhecimento do requerimento encaminhado por S. Exa. o Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, pedindo que seja aprovado por esta Casa um apelo à Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, no sentido de averiguar e proceder à suspensão da colocação de lixo na cabeceira do aeroporto de Apucarana.

Embora nada tenha contra o requerimento, não poderia deixar passar despercebido de que o Prefeito de Apucarana vem, desde os primeiros dias de sua administração, procurando oferecer melhores condições à comunidade apucaranaense tanto no setor de pavimentação, melhorando as ruas naquela cidade, procedendo à sua reforma administrativa, procedendo à limpeza do departamento e no ginásio de esportes inaugurado, e que está ainda para ser concluído, como também se preocupando pela distribuição de lixo daquela localidade no aeroporto de Apucarana.

Distribuição esta que está sendo feita há muitos anos, não só pela administração anterior, como pelas outras. E o Prefeito, tão logo assumiu, tomou providências e está sendo adquirida uma área perto do barreiro abaixo da estação ferroviária, uma bacia onde pretende adquirir esta área para depósito de lixo, uma vez que a Prefeitura como as demais em nosso Estado, não têm condições ainda para aquisição de uma usina de beneficiamento de lixo, que preocupa, não só a a cidade de Apucarana, como todas as outras cidades. Afirmando ainda que o Prefeito pretende adquirir uma área para construção de um novo aeroporto para a cidade de Apucarana.

Nestas condições, Sr. Presidente, Srs. Deputados, justificando a preocupação do Sr. Chefe do Poder Executivo de Apucarana para eliminar o problema que vem de muitos anos naquela cidade, dizendo que nada temos contra o requerimento que está sendo encaminhado.

É só, Sr. Presidente. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Continua em discussão o requerimento do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Sr. Presidente, para discutir, solicito a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para discutir, concedo a palavra ao Deputado autor do requerimento.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Sr. Presidente, Srs.

Deputados.

Para se ter conhecimento dos fatos políticos e daquilo que realmente o município e povo de uma cidade precisam, é preciso viver com o povo, é preciso amassar o pó da estrada e conviver no dia a dia de uma cidade grande, como Apucarana.

Há dias, há meses, que a Câmara Municipal de Apucarana, através dos Vereadores da Oposição, tem denunciado este fato — o depósito de lixo que foi, agora, defendido pelo Deputado representante do município de Apucarana na esfera estadual da ARENA, o depósito de lixo que foi defendido nesta Casa, agora, é uma afronta à saúde do povo apucaranaense, dentro de um núcleo habitacional financiado pelo Banco Nacional da Habitação, colocando os moradores daquele núcleo de habitantes e mais de um terço da cidade em pânico em determinadas horas, pois as moscas, muitas vezes, chegam a fazer nuvens e cobrir até o sol de Apucarana, envolvendo a periferia da cidade, as vilas e até mesmo as ruas principais de Apucarana, porque ali se fez, foi uma criação de moscas, naquele depósito de lixo.

Aviões de pequeno porte que, muitas vezes, vão para Apucarana para ali aterrizar, não conseguem o seu intento, porque o depósito de lixo que está na cabeceira do aeroporto, criam-se porcos, galinhas, vacas e outras coisas mais, além das moscas que chegam a cobrir a pista do aeroporto de Apucarana, impedindo até decolagem e aterrissagem de aviões.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pensou-se, em Apucarana, em construir uma mosca biônica que nasceria com o objetivo de comer todas as outras moscas e, na última, morrer. Mas, infelizmente, o nosso Departamento Tecnológico da Prefeitura de Apucarana ainda não fez isto.

A Prefeitura Municipal de Apucarana que deveria tomar as providências não o fez, porque daria méritos ao Partido da Oposição que tanto tem lutado neste sentido.

Cabe, no entanto, ao Deputado da ARENA, representante de Apucarana, defender o depósito de lixo...

O SR. Gilberto Carvalho — V. Exa. concede um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, quero que V. Exa. entenda que eu não estou defendendo. Eu quis justificar que o Prefeito vem tomando providências de um mal que vem de muito tempo, não só da administração passada mas, das anteriores e que já está sendo adquirida uma área, que é do Barreiro para a localização desse lixo que estava sendo jogado na cabeceira do aeroporto, não dentro das casas populares, no meio das casas populares, e que o Prefeito sabe, que tem que ser eliminado este mal, mas que não é de uma hora para outra, mas que estão sendo tomados providências.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Providências, Apucarana sempre precisou de providências. E o Prefeito de Apucarana, o eleito atualmente, tem procurado dar providências aos casos de Apucarana. Mas nós temos medo, nobre Deputado, que a coisa continue como era anteriormente, porque o Prefeito Municipal de Apucarana, que tomou uma providência ao indicar V. Exa. como representante do município na Assembleia do Estado, pode continuar a tomar outras providências que não vão de encontro ao anseio do povo apucaranaense. Ele começou, Sr. Exa., o Prefeito, começou a querer solucionar o problema, mas quando ele percebeu que iria dar algum mérito ao MDB, ele voltou atrás e abandonou a causa. O Prefeito de Apucarana, nobre Deputado, se me permita dizer, está se dedicando muito à prática de arremesso de peso, arremesso de dados e outros arremessos. E o povo de Apucarana está com medo que qualquer hora ele arremesse a cidade. Então, nobre Deputado, eu peço ao Senhor, que conseguiu arrancar dele a representação política do município, que procure mostrar a ele o caminho que ele deve seguir na política administrativo-municipal de Apucarana. Tem novamente o aparte o Deputado Gilberto Carvalho.

O Sr. Gilberto Carvalho — Nobre Deputado.

Não estou entendendo quando V. Exa. diz que, por medo de dar prestígio político à Oposição, o Prefeito não quis solucionar o problema do lixo. Informe-me a V. Exa. que está sendo tomada esta providência. Quanto à representação política de Apucarana, nobre Deputado, V. Exa. sabe que eu participei da campanha política de Apucarana, em que foi eleito um Prefeito que eu confio na sua administração. Coloquei-me à disposição para ajudar naquilo que for possível e estiver ao meu alcance, em benefício de Apucarana e da nossa região do Vale do Ivaí. Não quer dizer com isso, nobre Deputado, que V. Exa. esteja impedido de participar e de ajudar no progresso de Apucarana, porque nós não poderemos num problema como este, se V. Exa. tem uma solução mais rápida, e em mais condições, que proponha. Tenho certeza que o Prefeito não está querendo tentar impedir, de dar qualquer prestígio político à Apucarana. O Prefeito quer solucionar os problemas como está solucionando. Nós sabemos da preocupação do contorno Norte de Apucarana, como é demorado, foi tomado providência e está sendo iniciada, a Avenida Minas Gerais, para poder aliviar ainda mais o tráfego do centro da cidade. Está procurando hoje mesmo, eu entrei em contato com a Secretaria dos Transportes, para que seja remetido à Apucarana, asfalto para recuperar as ruas que ainda faltam ser recuperadas. Mas, nobre Deputado, de maneira nenhuma, pretendo prejudicar o município, a cidade de Apucarana. A minha preocupação em Apucarana, prende-se ao fato dela estar localizada na região do Vale do Ivaí, ser a cidade polo daquela região, e de uma região que eu represento, que é a maioria dos seus municípios. Mas, de maneira nenhuma, entrarei em Apucarana para criar problema político. Estou em Apucarana para dar a minha colaboração como representante da região do Vale do Ivaí.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Agradeço então a ajuda que V. Exa. está dando, com este contato com a Secretaria dos Transportes, para que remeta à Apucarana o asfalto a fim de dar melhor condição ao trânsito que passa por aquela cidade, e fico sensibilizado em saber que V. Exa. está nos ajudando.

Porque como Deputado, há 10 dias ou 15 dias atrás esta Casa votou um requerimento nosso, solicitando à Secretaria dos Transportes essa ajuda.

Então, V. Exa. vem, com isto, dar mais um reforço a um

trabalho nosso já feito a favor do povo de Apucarana.

Mas, eu quero, me reter apenas ao problema do lixo, que a solução de imediato seria a Saúde Pública intervir e não permitir que a Prefeitura continue a jogar lixo ali. A Prefeitura tem várias áreas de terras, dentro de Apucarana, que tome saída para este caso. Porque a qualquer momento Apucarana poderá ser colhida de surpresa por uma epidemia, atingindo o seu povo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, acho que a explicação dada pelo Deputado Gilberto Carvalho e por mim, agora, da tribuna, defendendo o meu requerimento, está praticamente encerrada a minha missão hoje desta tribuna.

Voltarei amanhã, no Grande Expediente, para apresentar uma defesa de uma acusação que o MDB está me fazendo. — **(Sem revisão do orador).**

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está encerrada a discussão. — Em votação. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. René Ribeiro Teixeira. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que através da Secretaria dos Transportes, seja efetuada sindicância a respeito de materiais destinados pelo Estado ao município de Toledo que, enviados, não chegaram a seu destino.

Sobre o mesmo, foi apresentado requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente, solicitando seja o requerimento do Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, transformado em pedido de informações ao Sr. Secretário dos Transportes.

Em votação o requerimento do Sr. Deputado Enéas Faria. — **APROVADO.**

Automaticamente está prejudicado o requerimento do Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 18, quarta-feira, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 03/77.

Levanta-se a sessão.